

ANO 9 NÚMERO 14

CADERNOS SESC DE CIDADANIA

Trabalho Social com Pessoas em Situação de Refúgio | 2018

sescsp.org.br

Sesc

Refugiados { REPORTAGEM ESPECIAL: A rotina de refugiados de várias partes do mundo que escolheram o Brasil como ponto de partida para uma nova história { INTEGRAÇÃO: Quando o choque de culturas dá lugar ao encontro e ao diálogo, cidades se tornam mais plurais e fascinantes { PERFIL: Na Guiana, ela era gerente de restaurante; no Brasil, descobre-se uma talentosa artesã de bonecas típicas africanas { ENTREVISTA: Representante do ACNUR no Brasil analisa a situação dos refugiados no mundo



TRABALHO SOCIOCULTURAL COM REFUGIADOS

Em parceria com a Caritas – Arquidiocese de São Paulo e ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, o programa oferece serviços e atividades culturais, esportivas de lazer e socioeducativas voltadas ao refugiado.

INTEGRAÇÃO: UM CAMINHO DE MÃO DUPLA

Danilo Santos de Miranda
Diretor do Sesc São Paulo

TRABALHAR PELA EFETIVA INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS EM situação de refúgio implica, antes de mais nada, conceber esse processo em chave recíproca. Isso quer dizer que a busca por incluir o outro, além de tornar favorável o seu ingresso e adaptação na sociedade que o acolhe, deve fomentar a permeabilidade e a capacidade de transformação dessa mesma sociedade. Ao receber novos grupos estrangeiros, com as respectivas práticas culturais e valores que seus membros trazem consigo, um país e as comunidades que o constituem têm a oportunidade de se reinventar, complexificando-se na medida em que ampliam seus vínculos sociais e afetivos.

Referimo-nos, contudo, a um caminho longo, que exige fôlego, persistência e solidariedade para ser pavimentado e percorrido, sendo traçado ao longo de décadas pela convergência de uma multiplicidade de ações mobilizadas junto aos refugiados que aqui chegam, tanto por governos como por diferentes segmentos da sociedade civil e por setores da iniciativa privada.

O Sesc São Paulo, por sua vez, desenvolve ações sistemáticas de

integração com refugiados e solicitantes de refúgio desde 1995, ano da assinatura do convênio com a Cáritas Brasileira – Arquidiocesana de São Paulo – e com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR. Desde então, a instituição procura ensejar a assimilação de códigos e hábitos culturais locais por parte dos refugiados e, com o mesmo grau de importância, estimular o intercâmbio de experiências e saberes entre estrangeiros e brasileiros.

Dada a ênfase na ação cultural de base socioeducativa, o perfil de atuação do Sesc no Estado de São Paulo se coaduna com um tipo de abordagem que vê nos estrangeiros em situação de refúgio pessoas cujas condições existenciais extrapolam as suas vicissitudes. Ou seja, considera-as para além do que venham a ser as suas necessidades momentâneas – ainda que o apoio faça parte da ação –, valorizando e contribuindo para a reverberação de seus repertórios, capacidades e desejos, de modo que eles também possam povoar o nosso imaginário, enriquecendo-o e alargando suas fronteiras. ■

índice }

Baixe grátis essa e outras publicações do Sesc São Paulo:



p.5
artigo Sesc
Trabalho com refugiados no Sesc remonta a 1995, com cursos de português.

p.8
reportagem especial
Refugiados de diversas partes do mundo esperam começar, no Brasil, um novo capítulo de suas histórias.

p.18
intervenção
Conheça as bonecas Abayomi, cujo nome significa “encontro precioso” na língua iorubá.

p.20
perfil
A guianesa Rénéé Londja se descobriu artesã depois de chegar ao Brasil, e hoje produz bonecas africanas.

p.26
encontro de culturas
Após o choque inicial, refugiados conseguem estabelecer diálogos ricos e transformadores com a cultura brasileira.

p.32
entrevista
A representante do ACNUR no Brasil, Isabel Marquez, reforça que a crise de refugiados é global e de direitos humanos.

p.36
artigo
A escritora Noemi Jaffe discorre sobre o significado da palavra “estrangeiro” e sobre as dificuldades do emigrante com o novo idioma.



Foto: Flavia Valsani



Foto: Flavia Valsani



Ilustração WM

Expediente

SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO

Administração Regional no Estado de São Paulo

PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL
Abram Szajman

DIRETOR DO DEPARTAMENTO REGIONAL
Danilo Santos de Miranda

SUPERINTENDENTES

COMUNICAÇÃO SOCIAL Ivan Giannini
TÉCNICO-SOCIAL Joel Naimayer Padula
ADMINISTRAÇÃO Luiz Deoclécio Massaro Galina
ASSESSORIA TÉCNICA E DE PLANEJAMENTO Sérgio José Battistelli

Cadernos Sesc de Cidadania Trabalho Social com Pessoas em Situação de Refúgio

GERÊNCIA DE ARTES GRÁFICAS Hélcio Magalhães
ADJUNTA Karina Musumeci
ASSISTENTES Gislene Lopes e Rogério Ianelli
PRODUÇÃO DIGITAL Ana Paula Fraay
ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO Marta Colabone
ADJUNTO Iã Paulo Ribeiro
Assistente Diogo de Moraes
GERÊNCIA DE ESTUDOS E PROGRAMAS SOCIAIS CRISTINA MADI
ADJUNTA Cristiane Ferrari
ASSISTENTE Denise Collus

EDITOR Renato Essenfelder
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO Marcio J. Freitas
TRATAMENTO DE IMAGEM Edson Sales
REPORTAGEM Gabriel Vituri, Camilo Gomide e Bruno Lazaretti
ANÚNCIOS Gabriela Borsoi e Lucas Agostinho Silva (estagiário)

A revista Cadernos Sesc de Cidadania é uma publicação do Sesc São Paulo. Distribuição gratuita. Nenhuma pessoa está autorizada a vender anúncios.

Versão on-line em sescsp.org.br

Sesc São Paulo
Av. Álvaro Ramos, 991
03331-000 São Paulo - SP
Tel.: (11) 2607-8255

sescsp.org.br



O OLHAR DA DIFERENÇA

AO SE TRATAR DO TEMA DO REFÚGIO, A QUESTÃO DOS DIREITOS HUMANOS apresenta-se quase que naturalmente. Não há como desvincular a concepção contemporânea da proteção internacional aos refugiados à garantia dos direitos humanos como a compreender a partir dos meados do século XX. Nesse sentido, importante lembrar que todas as ações de acolhimento e proteção às pessoas em situação de refúgio refere-se, sempre, à tentativa de corrigir uma situação de violação de direitos humanos presente na nossa sociedade.

Outrossim, ao nos referirmos aos direitos humanos somos remetidos à criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, após a Segunda Guerra Mundial, quando esse documento foi adotado e proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas. A Declaração define, em trinta artigos, os direitos básicos do ser humano, configurando-se, dessa maneira, em um valor normativo a ser seguido e aplicado.

Ao observar a situação mundial atual, no entanto, percebemos que tal norma tem sido constantemente violada. O refúgio, na contemporaneidade, acaba por se transformar em um dos grandes símbolos da incapacidade dos Estados em garantir a todos a proteção vislumbrada pela Declaração Universal dos Direitos

Humanos e, dada a dimensão e visibilidade que assumiu nas últimas décadas, passa a mobilizar a sociedade na proposição de alternativas e ações que apoiem os grupos de seres humanos que se deslocam à procura de acolhimento.

As ações do Sesc São Paulo com pessoas em situação de refúgio têm início em 1995, quando o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, então Arcebispo da cidade de São Paulo, apresenta ao presidente da Federação do Comércio, Abram Szajman, sua preocupação com o cenário que se apresentava naquele momento, quando o Brasil passou a receber um maior número de solicitações de refúgio. Dom Paulo apontava para a necessidade de ampliação de um suporte social e cultural a esse grupo.

Estabelece-se, assim, no final da década de 1990 uma nova proposição de atuação junto a esses grupos que chegavam ao país. As unidades do Sesc transformam-se em alternativa de espaço de acolhimento e convívio, tendo o curso de português para pessoas em situação de refúgio, no Sesc Carmo, região central de São Paulo, como um dos primeiros métodos de aproximação e integração

Importante lembrar que essas discussões antecederam a Lei nº 9.474, a chamada Lei do Refúgio, promulgada em

22 de julho de 1997 e que implementou o Estatuto dos Refugiados, de 1951, no Brasil. A preocupação do Sesc antecipa em muitos anos a frequência e visibilidade do tema do refúgio quando, em 2017, o Alto Comissariado das Nações Unidas alertou para a grave crise humanitária, sem precedentes, que vivemos neste século, referindo-se ao refúgio provocado por conflitos generalizados e prolongados, amplamente divulgado pela mídia.

O Sesc São Paulo, atento às dinâmicas sociais, estimula o diálogo sobre esse tema com a sociedade, e, por meio de ações socioculturais, lança um convite aos próprios sujeitos que vivem a situação de refúgio, às entidades que atuam diretamente no acolhimento e proteção dessa população, e ao poder público, ao criar oportunidades de convívio e de reconhecimento de afinidades diante de uma situação que, a princípio, parecia distante.

Mais de vinte anos depois de seu início, o trabalho com pessoas em

situação de refúgio expandiu-se para todas as unidades do Sesc. O atendimento não se limita mais ao curso de português, mas inclui uma série de outras atividades. Mesmo em regiões do Estado com menos afluência de estrangeiros, são programadas ações que pretendem aproximar a população do tema do refúgio e sobre a importância do acolhimento – especialmente considerando o contexto brasileiro, país formado por gerações de imigrantes.

Práticas culturais

Como atividade pioneira, o curso de português para refugiados procura focar as demandas mais urgentes de comunicação. Diante da diversidade de origens e de questões trazidas pelos participantes, o material do curso é reformulado constantemente com a contribuição dos próprios alunos e a sala de aula se torna um ambiente propício às trocas e ao convívio.

Além disso, nesses anos, tornou-se perceptível que além do domínio da língua, as pessoas em situação de refúgio buscam apreender outros elementos da cultura do país. Assim, encontros que apresentam a literatura, cinema e música como ferramenta para apropriação crítica das práticas culturais brasileiras passam a contribuir na ampliação do repertório cultural e linguístico como resposta à demanda apresentada por esse grupo.

É interessante observar, também, o impacto das ações sobre o público que frequenta as unidades do Sesc, que passam a conviver cotidianamente com pessoas que vivem a situação de refúgio, uma vez que a oportunidade de convivência pode ser importante para a desconstrução de estereótipos e sensibilização para essa crise humanitária que diz respeito a toda a sociedade.

Participação ativa e convivência

Ponto significativo para o Sesc é a escuta de quem integra e vive a situação de refúgio. Convidados a compartilhar aspectos da sua cultura, dos seus hábitos e valores protagonizam atividades autorais,



Ao trazer as pessoas em situação de refúgio para as atividades promovidas no Sesc, o desejo da instituição é estreitar relações e consolidar a proposta de fazer das unidades um espaço de acolhimento e reconhecimento, de aprendizagem e trocas culturais.

Assim, pelo contato no cotidiano cria-se oportunidade para a desconstrução de estereótipos e preconceitos.





que dão visibilidade a culturas distintas. Além disso, a pessoa que vive a situação de refúgio não é apenas convidada para falar sobre sua história. Hoje, as pessoas que solicitam refúgio no Brasil e que residem no Estado de São Paulo recebem uma matrícula de interesse social no Sesc (MIS), que permite acesso aos seus diversos serviços e atividades, como uma forma de facilitar sua integração à comunidade e a criação de novos vínculos.

Atualmente, para além dos cursos de português, as ações propostas às pessoas em situação de refúgio procuram dialogar com os vários elementos da política e da cultura – gastronomia; música; religião; dança; contação de histórias –, em diversos formatos, como palestras, oficinas e intervenções artísticas.

Nada disso, contudo, seria possível sem o apoio de importantes parceiros que qualificam e viabilizam o trabalho sociocultural com pessoas em situação de refúgio no Sesc. A instituição tem convênios com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a Cáritas da Arquidiocese de São Paulo, e também conta com uma rede de parceiros composta por várias organizações não-governamentais e casas de acolhimento, o que auxilia a chegar mais facilmente a esses grupos, muitas vezes isolados por barreiras culturais e refratários ao contato com instituições brasileiras.

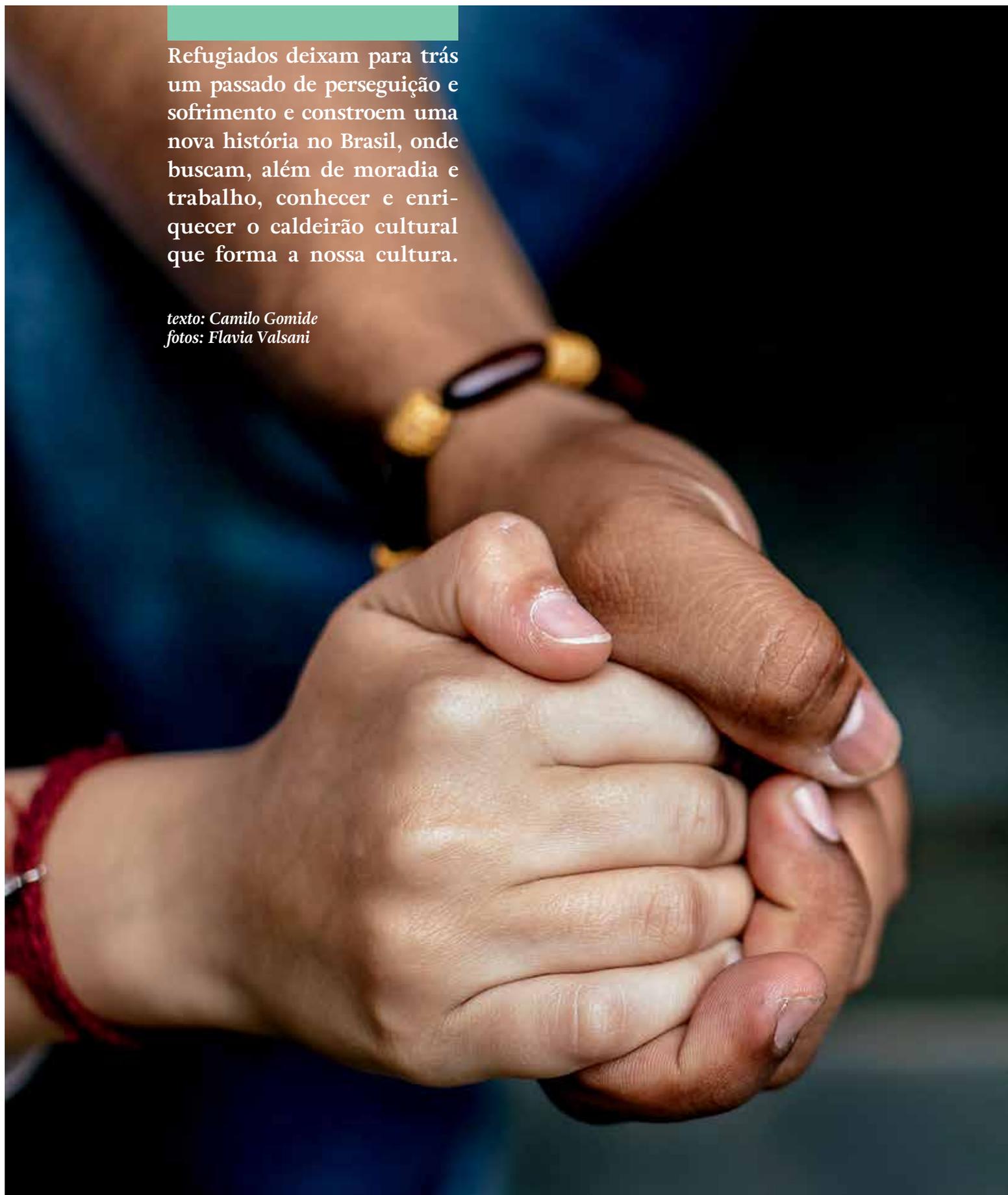
Ao trazer as pessoas em situação de refúgio para as atividades promovidas no Sesc, o desejo da instituição é estreitar relações e consolidar a proposta de fazer das unidades um espaço de acolhimento e reconhecimento, aprendizagem e trocas culturais.

Assim, pelo contato no cotidiano cria-se oportunidade para desconstrução de estereótipos e preconceitos. Convivendo e compreendendo melhor uns aos outros, fica a oportunidade para refletir sobre a sociedade que queremos construir.

Para crescer, e amadurecer, é necessário cultivar o olhar da diferença. ■

Refugiados deixam para trás um passado de perseguição e sofrimento e constroem uma nova história no Brasil, onde buscam, além de moradia e trabalho, conhecer e enriquecer o caldeirão cultural que forma a nossa cultura.

texto: Camilo Gomide
fotos: Flavia Valsani





UMA NOVA HISTÓRIA



A venezuelana Marifer Vargas e sua filha Miranda Briceno, de apenas 13 anos, chegaram ao Brasil no dia 2 de agosto de 2017. Mas, a julgar pela desenvoltura, parecem estar aqui há muitos anos. Em São Paulo, encontraram Carlos Escalona, companheiro de Marifer, padrasto de Miranda, que já estava no país há cerca de um ano e meio, e foram para um abrigo da Missão Paz, no bairro do Glicério (centro da cidade). Ficaram lá por cerca de um mês até Carlos conseguir um emprego fixo e ser possível bancar o aluguel de um apartamento para todos, na zona leste da capital.

Graças a contatos feitos no centro que os acolheu, Marifer não demorou muito a arrumar trabalho. Ela dá aulas de espanhol na própria entidade e para alunos particulares indicados por pessoas da Missão. Nesse sentido, para ela a mudança não foi tão brusca: na Venezuela, Marifer trabalhava como professora de geografia. Fazia apenas dois meses que ela estava no Brasil quando conversou com a reportagem, e ela não parecia

estranhar muito a vida no novo país.

Ela disse não estar sofrendo muito para se adaptar. Acha o povo brasileiro parecido com o venezuelano. Nem a língua, que ela ainda não domina, parece ser problema. “O mais difícil é aprender a deixar as pessoas queridas para trás. Sinto muitas saudades da minha família, mas me sentir estranha aqui, isso não aconteceu. O calor humano, a comida, a forma como fomos recebidas aqui na Missão Paz, tudo isso nos fez sentir em casa”, diz.

A Missão Paz é uma comunidade de religiosos presente em mais de trinta países que se dedica a acolher pessoas em situação de refúgio. A Congregação chegou a São Paulo na década de 1940, onde hoje auxilia imigrantes com cursos, na busca por trabalho e em questões burocráticas.

A menina Miranda também parece estar à vontade com a nova vida. Uma das primeiras providências da família foi procurar uma escola para ela. Miranda diz ter ficado intimidada com o primeiro dia de aula, mas que não demorou muito para superar esse sentimento. Tinha medo de ficar perdida nas aulas e de ser vista como uma

estranha. A recepção a surpreendeu. “Hoje me sinto confortável na escola, tenho amigas e amigos brasileiros e já não sou mais ‘a pessoa nova’”, conta. Tanto os professores como os colegas ajudam-na a superar a barreira da língua. Atualmente, ela consegue entender bem o que é dito em aula. Toma notas ainda em castelhano, mas arrisca se comunicar e escrever nas provas em português. Miranda brinca que “as línguas são primas”.

Tudo para trás

A história de Marifer, Miranda e Carlos é um exemplo de família de refugiados que foge ao estereótipo. Apesar de uma mudança forçada, o refúgio pode se apresentar na vida das pessoas como uma nova oportunidade.

A origem da palavra “refúgio” remete a “fuga”. O termo, que vem do latim, tem entre seus sinônimos “saída”, “escapatória” e “retirada”. Na definição da ONU (Organização das Nações Unidas), adotada em 1951, refugiado é aquele que, por temer ser perseguido por motivos étnicos, religiosos, políticos ou sociais, abandona seu país. Na prática, o refugiado

65,6 milhões de pessoas

foram deslocadas para fora de seus países ou para outras regiões dos mesmos em busca de proteção em 2016.

300 mil pessoas a mais

em comparação com o ano anterior, de 2015.



é alguém cuja melhor opção para ter uma vida digna (e até para sobreviver, em muitos casos) foi deixar tudo para trás e recomeçar do zero.

Os dados mais recentes da ONU mostram que o número de deslocamentos forçados por guerras, perseguições e violência atingiu patamares recordes. Em 2016, 65,6 milhões de pessoas foram deslocadas para fora de seus países ou para outras regiões dos mesmos (os chamados deslocamentos internos) em busca de proteção. Foram 300 mil pessoas a mais em comparação com o ano anterior.

De um dia para o outro, mulheres são separadas de seus maridos; e filhos, de seus pais. Famílias são desfeitas. Amigos são perdidos. Em nome da sobrevivência, casas são abandonadas às pressas, com móveis, carros e todos os pertences deixados para trás.

No Brasil

O Estado brasileiro é signatário dos principais tratados internacionais de direitos humanos, entre eles a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, criada em 1951 e protocolada em 1967. Além

disso, por iniciativa própria o Brasil criou, em 1997, sua lei de refúgio (lei nº 9.474/97), alinhada com princípios internacionais. A legislação segue o entendimento de que todo caso de “violação generalizada de direitos humanos” dá direito ao refúgio. Em 22 de novembro de 2017, entrou em vigor a Lei de Migração que regulamenta diversos pontos da legislação e garante a sua aplicação. A nova lei garante mais direitos a estrangeiros, facilitando sua regularização, como também a criação de visto humanitário.

A lei brasileira instituiu um órgão de atendimento, o Conare (Comitê Nacional para os Refugiados), e um conjunto de direitos do refugiado. No Brasil, qualquer pessoa em situação de refúgio tem assegurados documentos básicos, como identidade, carteira de trabalho e permissão para livre circulação por todo o território nacional.

Além dos órgãos estatais, existem diversas ONGs (nacionais e internacionais) e fundações que assistem aos refugiados que chegam ao Brasil. Essas instituições dão abrigo, comida, aulas de português, auxiliam

com a documentação e na busca por empregos. Algumas conseguem prestar algum auxílio financeiro, mas em caráter provisório e de valor modesto.

Ao contrário do que acontece em alguns países europeus, o governo brasileiro não possui bolsa para refugiados. Nesse contexto, entidades como Cáritas e, no caso de São Paulo, Missão Paz, Centro de Referência para o Imigrante, Centro Social Nossa Senhora Aparecida, entre outras, desempenham papel fundamental no acolhimento, assistência e educação.

Vida nova

A chegada ao novo país envolve uma série de questões. As mais urgentes são abrigo e alimentação. Em cidades grandes, como São Paulo, existem casas de acolhimento municipal e estadual, além de ONGs que oferecem assistência básica aos recém-chegados. O passo seguinte é solicitar a formalização do pedido de refúgio ao governo brasileiro, o que, no caso de São Paulo, poderá ser realizado na Cáritas Arquidiocese de São Paulo ou diretamente em posto da Polícia Federal.

A adaptação não é fácil. São muitas as barreiras que precisam ser vencidas: a língua, a cultura, a dificuldade de se reinserir no mercado de trabalho e o preconceito. Além disso, é preciso superar os traumas de uma mudança abrupta, quase sempre violenta. “O refúgio é uma migração forçada. Em 95% dos casos a pessoa não teve tempo de pensar nessa viagem, deixa a família, presencia violações de direitos, agressões físicas e mortes. É muito comum que essa pessoa precise de amparo psicológico”, diz Maria Cristina Morelli, coordenadora do Centro de Referência para Refugiados da Cáritas Brasileira.

Nesta edição da Cadernos Sesc de Cidadania, ouvimos famílias e pessoas que fugiram de situações conflituosas e estão reconstruindo suas vidas no Brasil. Suas histórias são contadas nas páginas a seguir.



EM FAMÍLIA. O casal Carlos Escalona e Marifer Vargas junto com a adolescente Miranda Briceno, todos vindos da Venezuela

Carlos Escalona, Marifer Vargas e Miranda Briceno

VENEZUELA

Carlos Escalona buscou refúgio no Brasil em junho de 2016. Chegou a Manaus de ônibus, sozinho, com apenas 80 dólares no bolso. Tinha uma passagem de avião comprada para Fortaleza, onde residiam alguns amigos seus, que iriam hospedá-lo por um tempo. Teve que pagar uma multa por excesso de bagagem que consumiu praticamente todo o dinheiro que carregava, mas chegou, enfim, ao seu destino.

Na Venezuela, Carlos trabalhava como coordenador de produção da filial do canal de TV estatal da cidade de Maracay, capital do estado de Aragua, no centro-norte do país. Alguns meses antes de sua viagem sem volta ao Brasil, Carlos havia contestado irregularidades em orçamentos que precisavam de sua aprovação. Da primeira vez, os responsáveis pelas contas desconversaram. Nas seguintes, tentaram suborná-lo.

Carlos denunciou o caso ao seu chefe, mas a pressão vinha de instâncias superiores. Não aceitou o esquema e passou a ser perseguido na empresa: deixou de participar

de decisões importantes, seus salários começaram a atrasar. Um dia, ao chegar em casa, foi abordado por um grupo armado. A princípio, achou tratar-se de um assalto, mas logo percebeu que não estavam interessados em nenhum de seus pertences. Levaram-no a um lugar remoto onde o espancaram e fizeram ameaças a ele e à sua família. Em meio à agressão, diziam coisas relacionadas ao trabalho. Depois da surra, largaram-no em um terreno baldio.

Seguiram-se ao episódio intimidações por telefone. Carlos entrou em paranoia, não conseguia dormir, mal saía de casa e se desfez do celu-

lar. Temia pela própria vida e pela de seus familiares. Com a ajuda do irmão, mandou os pais para o Equador. O passo seguinte foi planejar a própria fuga. Carlos morava na Venezuela com a namorada, Marifer Vargas, e a enteada, de 13 anos. O plano do casal era ele ir na frente, pedir refúgio, procurar trabalho e arrumar um lugar para os três morarem.

Carlos mudou-se para São Paulo em março de 2017 em busca de outras oportunidades de trabalho. Em Fortaleza, onde conseguiu o refúgio e tirou sua carteira de trabalho sem complicações, trabalhou em projetos culturais com uma ONG, mas estava à procura de algo mais próximo do que fazia na Venezuela. Em São Paulo, morou por seis meses em dois abrigos diferentes. Nesse tempo, conseguiu alguns trabalhos provisórios, um deles na equipe de filmagem de um centro cultural que estava inaugurando. A maioria, no entanto, eram funções que jamais pensou que desempenharia, como lavar louça e limpar carpetes.

Carlos é um homem educado e sorridente. Fala português bem, com pouco sotaque, de forma clara e pausada. Não evitou os assuntos da perseguição, do sequestro e da violência que sofreu e não escamoteou a dor. Contudo, aparenta ter superado o episódio. “É um processo que é lento, mas a gente tem que ter paciência. Eu falo para elas: a vida que a gente tinha na Venezuela ficou lá. Tínhamos conforto, a família estava mais próxima, mas aqui somos só nós três e temos que começar do zero. É uma nova chance que a vida dá, e nem sempre ela dá essa oportunidade. Tem que ter essa consciência para passar por um processo tão traumático.”

Além da perseguição sofrida pelo companheiro, dois motivos foram decisivos para Marifer na decisão de se refugiar no Brasil: o sentimento de insegurança e a falta de liberdade. Nos últimos anos, ela relata ter per-

cebido um aumento na violência e no número de assaltos. Já não se sentia segura para sair sozinha, ou com a filha, na rua depois das 17h.

Quando a mãe diz isso, Miranda assente com a cabeça, em silêncio. Pergunto o que ela pensa em fazer no futuro. Ela responde que hoje se vê diante de um abecedário de possibilidades, mas que, talvez, vire professora, como o pai e a mãe, ou jornalista, como Carlos. Ou, ainda, escritora. Pergunto, então, como foi ter passado por tudo isso. Miranda me diz que, para ela, a vida é como um livro. “Eu tenho o meu livro da Venezuela, que eu terminei. Agora eu tenho esse livro novo. Eu estou na primeira página e eles estão me ajudando a entendê-lo.”



“A vida que a gente tinha na Venezuela ficou lá. Tínhamos conforto, a família estava mais próxima, mas aqui somos só nós três e temos que começar do zero. É uma nova chance que a vida dá, e nem sempre ela dá essa oportunidade.”



Nisreen Alkubaise

IRAQUE

Nisreen Alkubaise é uma mulher iraquiana de 55 anos, desinibida, expansiva e falante. Gosta de se vestir bem e tingi os cabelos de loiro. Tem cinco filhos – três homens e duas mulheres – e seis netos. No Iraque, levava uma vida de alto padrão. Nisreen morava em um bairro de classe alta em Bagdá e era diretora de uma escola infantil particular conhecida na cidade. Seu marido era general da Força Aérea iraquiana.

“Nunca pensei que precisaria deixar minha vida para trás e sair do país, porque, para mim, a vida estava muito linda. Não precisava de nada. Mas todo iraquiano sofre, todo dia tem uma guerra no Iraque”, diz. Na década de 1980, Nisreen perdeu familiares e um irmão no conflito contra o Irã, que durou até 1988. Em 1990, o Iraque invadiu o Kuwait, gerando a tensão que culminaria na Guerra do Golfo, entre os iraquianos e os EUA.

No comecinho dos anos 2000, pressentindo um novo conflito, Nisreen e o marido acharam melhor tirar os filhos mais velhos (um de 16 e outro de 18) do país. “Meu marido era do Exército e não queria ver os filhos indo para a guerra”, conta. Como o cunhado morava em São Paulo, foi esse o destino dos garotos.

O pressentimento da família se justificou com a invasão americana ao Iraque, em 2003. Para Nisreen, esse foi o pior momento da história recente de seu país. Os americanos bombardearam Bagdá e ela viu seu bairro vir abaixo. Com a queda de Saddam Hussein, o Iraque virou terra de ninguém. Os poucos que restaram nas cidades estavam à mercê de milícias e de bandos que sequestravam, roubavam e matavam.

Certo dia, levando a filha mais velha para a escola, Nisreen percebeu que estava sendo seguida por um carro. Conseguiu se refugiar na casa

de um vizinho. Passou horas sitiada, até conseguir que o irmão e um grupo de segurança privada viessem em seu socorro. Mais tarde, descobriu que a dupla que eram sequestradores. Foi uma situação decisiva para a família, mas ainda levaria mais um ano até que se convencessem de que o melhor a fazer era deixar o Iraque.

Em 2005, Nisreen, o marido, o filho mais novo e a filha mais nova foram até a Jordânia, de onde solicitaram o refúgio à embaixada brasileira. Demorou ainda cerca de onze meses para que conseguissem a permissão em definitivo. No dia 26 de julho de 2006 chegaram, finalmente, ao Brasil. Algum tempo depois, a filha mais velha e o marido vieram.

Nisreen descreve sua família como uma tradicional família muçulmana, fechada em seus costumes. Pelo seu relato, contudo, percebe-se que, em grande medida, eles se integraram bem à cultura brasileira. Os dois filhos mais velhos casaram-se e tiveram filhos com mulheres brasileiras., por exemplo. “A vida dos meus filhos é praticamente brasileira. Eles são brasileiros, as mulheres são brasileiras e os filhos são brasileiros”, afirma Nisreen.

Para a filha mais nova, que cursa faculdade de odontologia, no entanto, a situação é diferente. Casar-se com um brasileiro está fora de cogitação.

Todos os homens trabalham com comércio, tocam as próprias lojas. Nisreen cuida da casa e, vez ou outra, participa de eventos em que divulga a culinária árabe – diz, sem esconder o orgulho, ser uma cozinheira de mão cheia.

A filha casada também se dedica aos cuidados do lar. A mais nova trabalha em um consultório odontológico. Ela afirma ter tudo o que precisa no Brasil e não pensa em voltar para o Iraque: “Em qualquer lugar onde há uma vida com trabalho e comida, você está bem. Essa será sua casa”, pondera ela, otimista.



DESTINO. A congolesa Sylvie Ngkang e seus filhos Winne e Jessy; ela achou que seu marido havia morrido no Congo e, por um lance do destino, reencontrou com ele acidentalmente no Brasil, onde voltaram a viver juntos





Sylvie Mutiene Ngkang

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Sylvie Mutiene Ngkang não faz ideia do lugar em que desembarcou no Brasil, no dia 18 de dezembro de 2013. Depois de 40 dias num navio, Sylvie aportou em uma cidade estranha com um bebê de um ano no colo, o menino Winne, e mais a filha Jessy, de três anos. Ela se lembra de pegar um táxi e de, cerca de duas horas depois, chegar ao centro de São Paulo, pedindo ajuda como podia, com gestos e em francês.

Procurava um lugar para passar aquela noite e um meio de trocar o dinheiro congolês que tinha pela moeda local. Foi levada até um africano que falava sua língua e tinha um hotel na região central. Ela explicou ao homem que vinha fugida do Congo e que precisava de abrigo. Ele deixou Sylvie e as crianças dormirem na recepção do hotel aquela noite e no dia seguinte levou-os ao Centro de Referência para Refugiados Cáritas.

Sylvie fugiu do Congo depois de ter sua casa invadida por militares do governo de Joseph Kabila, presidente eleito em 2006, mas que tem sido questionado por posições anti-democráticas. O marido de Sylvie, Jean, militante do partido de oposição UDPS (União para a Democracia e o Progresso Social), havia desaparecido depois de uma manifestação contrária a Kabila. Horas antes de os soldados baterem à sua porta ela recebeu uma ligação do esposo. Jean estava nervoso, disse a ela que tinha sido preso, que conseguira escapar, e que era para ela sair de casa. “Eu não fui e naquela noite eles vieram procurar meu marido. A violência que eu vi me deixou assustada. Eu só pensei em salvar meus pequenos”, diz. Passou um tempo com os filhos no interior, mas não se sentia segura. Foi quando decidiu partir para o Brasil.

Desde aquele telefonema, Sylvie não teve notícias do marido. Para ela, Jean tinha morrido. Ela contou

com a ajuda da Cáritas para procurar emprego, mas também fez buscas por iniciativa própria, se apresentando de porta em porta às pessoas. Conseguia alguns bicos, mas nada definitivo.

Certo dia, precisou de remédios para o filho doente, mas não tinha dinheiro para comprar. Foi até a Cáritas pedir auxílio. Enquanto esperava o atendimento, ouviu uma funcionária dizer o nome do seu marido. Levantou na hora e foi até a bancada dizer que queria se encontrar com aquele homem que a mulher tinha mencionado, que achava que era seu Jean. Ligaram para o albergue que constava no registro daquele nome, mas ele não estava no momento. Deixaram um recado para que ele comparecesse no dia seguinte à Cáritas.

Jean e Sylvie se reencontraram no Brasil por um incrível acaso e voltaram a viver juntos. Depois do encontro na Cáritas, juntaram esforços para



“Aqui eu posso trabalhar e sustentar minha família, lá [no Congo] é muito difícil arrumar emprego. A gente nunca está totalmente satisfeita, eu ainda não achei tudo o que eu procuro, mas a vida continua, e a luta também.”





“Já estou no Brasil há tantos anos que eu me sinto metade brasileira. Eu cresci e fiz raízes aqui também”, diz a colombiana Daniela Solano.



conseguir pagar um aluguel e sair do abrigo. Tiveram outra filha, Beatrice Gabriela, e Sylvie conseguiu um emprego fixo na creche em que deixava a caçula. Com o dinheiro, alugaram um quarto e sala. Nessa mesma época, Sylvie começou um curso de copeira hospitalar.

Logo a creche fechou e tiveram que se virar de novo. Sylvie acabou conseguindo um trabalho fixo em um hospital no Tatuapé, na zona leste de São Paulo. Arrumaram uma casa maior e próxima dali uma escola para as crianças.

Há quatro anos no Brasil, Sylvie fala português claramente, mas com um sotaque marcante. Os filhos falam como brasileiros. Winne, que chegou com apenas um ano de idade, foi alfabetizado aqui. Mal fala francês, mas entende.

Sylvie ainda sonha em voltar para o Congo, sente muita falta da família. Tem tentado diminuir essa saudade trazendo os parentes para viver no Brasil. Já trouxe a mãe e um irmão, mas ainda falta muita gente (são oito irmãos ao todo, mais o pai).

A vida não é fácil no Brasil, mas, para Sylvie, ainda está melhor do que lá. “Aqui eu posso trabalhar e sustentar minha família, lá é muito difícil arrumar emprego. A gente nunca está totalmente satisfeita, eu ainda não achei tudo o que eu procuro, mas a vida continua, e a luta também”.

Leonor e Daniela Solano

COLÔMBIA

Daniela Solano tinha apenas 12 anos quando o pai contou a ela e às irmãs que teriam de se mudar para o Brasil, onde a mãe, Leonor, os esperava. Há meses eles vagavam pela Colômbia, se hospedando na casa de amigos e parentes, em diferentes cidades.

As meninas sabiam que algo não ia bem, mas não sabiam exatamente o quê. A mãe tinha viajado de “férias” para o Brasil e sua volta era sempre adiada. Naquele momento, o pai disse a elas que passariam em Silvia, povoado onde moravam, arrumariam as malas e partiriam sem avisar a ninguém, deixando tudo para trás.

Leonor e o marido chegaram a Silvia em 1995 com três filhas pequenas para ajudar na reconstrução de comunidades indígenas da região afetadas por um terremoto. Acabaram ficando. Continuaram trabalhando com a comunidade, tiveram mais uma filha e não tinham planos de sair.

No início dos anos 2000, o conflito entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), os grupos paramilitares de direita e o Estado colombiano se intensificou. A situação era mais delicada no interior do país, como no vilarejo de Silvia.

Mesmo sem tomar partido, Leonor e o marido se viram presos em meio ao fogo cruzado. Pela natureza do pro-



jeto social que desenvolviam, hospedavam diferentes pessoas em casa. Algumas delas, descobririam mais tarde, vinculadas às milícias rivais. Logo passaram a receber ameaças.

Em 2002, a irmã de Leonor, que morava em São Paulo, deu a ela uma passagem para o Brasil para que ela pudesse espairecer por um tempo. O marido e as filhas começaram, então, o périplo pela Colômbia, esperando que a poeira baixasse em Silvia. As intimidações, no entanto, continuaram, e ambos já não se sentiam seguros. Aconselhada pela irmã, Leonor procurou a Polícia Federal brasileira e pediu refúgio. O resto da família veio



aos poucos, à medida que conseguiam dinheiro para pagar as passagens.

Nos primeiros meses, moraram com a irmã de Leonor, em Aldeia da Serra, em Santana de Parnaíba, nos arredores da capital paulista. Leonor teve muita dificuldade em arranjar trabalho. Começou a se virar dando aulas de espanhol, o que a sustenta até hoje. Com um pouco mais de estabilidade, conseguiram alugar um apartamento no centro de São Paulo.

Ainda nos primeiros anos no Brasil, o casamento de Leonor terminou. O marido se afastou e Leonor criou praticamente sozinha as quatro filhas. O dinheiro era contado e as meninas

BATALHADORA. Leonor Solano emigrou da Colômbia, onde vivia ameaçada por milícias rivais, para o Brasil, onde se estabeleceu primeiro, em São Paulo, para depois receber a família. Após a mudança, acabou se divorciando e criou praticamente sozinha suas quatro filhas

foram estudar em escolas públicas. Daniela foi perseguida por um grupo de colegas, que chegaram a ameaçá-la fisicamente. Graças à amizade com um professor de escola, conseguiram bolsas para voltar à instituição. Foram tempos complicados, mas superados.

Em fevereiro de 2016, Daniela voltou à Colômbia pela primeira vez desde a partida. Seu plano era refazer a rota que ela, o pai e as irmãs fizeram nos meses em que perambularam pelo país e passar um tempo em Silvia. Havia uma certa expectativa de reencontrar um território quase mítico, que ficara na memória, e de poder, finalmente, se despedir daquelas pessoas e daquele lugar. Ficou na Colômbia por seis meses e quase não voltou. “Foi muito importante para fazer as pazes comigo e com esses fantasmas da infância”, diz.

Ao entrar em contato com as origens colombianas, ela pode perceber, também, a sua parte brasileira. Ela diz, com tom de brincadeira, mas com certa seriedade, que teve uma crise de identidade: “Eu vim em uma idade importante e já estou no Brasil há tantos anos que eu me sinto metade brasileira. Eu cresci e fiz raízes aqui também”.

Para Leonor, o mais difícil no processo de refúgio foi, justamente, se identificar em outro tecido social. Para ela, um refugiado é alguém desenraizado de sua terra. “Você fica no ar, perde sua identidade, porque não tem referências. Você chega a um lugar onde tudo é diferente e você não tem um espaço ainda, está totalmente perdido. Assim chega um refugiado. Eu ainda tive a minha irmã para me ajudar. Contudo, quando você é obrigado a sair do seu lugar, a sua condição é diferente, seu estado emocional é outro. Não é a mesma coisa que decidir por vontade própria mudar de país. Não é como uma aventura. Mas nós mulheres somos fortes. Nós somos fortes. Reinventamos a vida, é o que fazemos”. ■

Boneca Abayomi

2017, feita a partir de nós em um tecido de origem africana

Rénée Londja

artesã guianesa radicada no Brasil desde 2011

SOBRE O ARTESANATO

“Abayomi significa ‘encontro precioso’ na língua iorubá. Durante o período em que as mulheres escravizadas estavam vindo para o novo mundo, sem saber exatamente o que iria acontecer, essa boneca era um símbolo de força. Quando você dá ela a alguém, é felicidade que você está passando adiante”





Encontro precioso

Rénée Londja emigrou da Guiana Inglesa para o Brasil e, no caminho, tornou-se artesã; hoje faz tradicionais bonecas Abayomi com tecidos africanos

texto: Gabriel Vituri

fotos: Flavia Valsani

Em uma tarde de segunda-feira, Rénee Londja espera em pé o início de um evento sobre imigrantes para o qual havia sido convidada a participar. Alta, negra e com um sorriso amigoso, fica ao lado de uma mala grande que está repleta de bonecas, vestimentas e outras peças confeccionadas com tecidos coloridos originários da África, criações suas que motivaram o convite para esse evento específico da Universidade de São Paulo (USP), mas que também a levam a diversas outras feiras sobre imigração que ocorrem na cidade.

Os traços africanos não deixam dúvidas sobre suas origens ancestrais, mas Rénee, de 45 anos, é latino-americana, mais precisamente da Guiana Inglesa, um pequeno território de colonização britânica localizado ao norte do continente. A identificação com as peças que expõe e comercializa também pode fazer parecer que se trata de uma atividade presente em sua vida há muitos anos, possivelmente décadas. O ofício, no entanto, é tão recente quanto a sua vinda para o Brasil, cerca de seis anos atrás; uma decisão tomada por causa de uma

relação amorosa, e não por problemas que justificassem a fuga e a busca por um novo país para reconstruir a vida.

Como a Guiana não está na lista dos países cujos conflitos justificam pedido de asilo em território brasileiro, Rénee, tecnicamente, não é mesmo uma refugiada. Mas seu marido, Lambert Shesa, é. O geólogo, que trabalhava em grandes companhias de mineração, chegou aqui em 2011, quando precisou deixar para trás seu país de origem, a República Democrática do Congo. Durante a entrevista, com receio da repercussão da reportagem, a entrevistada pede que detalhes da história do refúgio de Lambert não sejam revelados por questões de segurança.

Quando o congolês precisou abandonar o continente africano, ambos escolheram construir juntos uma nova realidade em um país até então inexplorado pelos dois. “Ele veio me visitar na Guiana, conheceu a minha família, e depois que o pedido de asilo dele foi aceito, decidimos que eu iria para o Brasil”, ela conta. Rénee e Lambert se conheceram online e se corresponderam por cartas e e-mails durante seis anos até finalmente se mudarem para o mesmo lugar. Em



RAIO-X**Nome:** Rénée Londja **Idade:** 45**Naturalidade:** Georgetown, Guiana**Experiência:** Em sua cidade natal, era gerente de restaurante. Depois de emigrar para o Brasil, em 2011, descobriu o talento para o artesanato.

dezembro de 2011, estabelecendo-se aos poucos no novo território, o casal se mudou para a cidade de Manaus e formalizou a união.

Bonecas negras

Em Georgetown, capital da Guiana, a mulher que é hoje artesã exercia uma atividade muito mais burocrática: gerenciava um restaurante, executando tarefas administrativas. “Quando cheguei ao Brasil, eu tinha a barreira da língua, que precisava aprender, e que ainda estou aprendendo”, lembra. Segundo conta, essa condição dificultava sua empregabilidade, pois “as pessoas falavam e eu não entendia”, diz. Além disso, outro fator fez diferença: “Eu não gosto de trabalhar para os outros, confesso. Prefiro ser a minha própria chefe”.

Assim, em casa, sem uma fonte de renda, Rénée se inscreveu em diversos cursos para desenvolver habilidades manuais. “Foi assim que eu comecei a trabalhar por mim mesmo, com uma série de trabalhos artesanais que aprendi nessa época”, explica, destacando as bonecas já como suas principais criações, “na época, só as tradicionais, simples, e sempre brancas”.

Durante esse período, a guianense começou a atentar para a falta de brinquedos que tivessem a pele negra representada pela malha preta. “Com o tempo, me dei conta: por que não fazer algo que possa promover a minha cultura, algo diferente das coisas que todo mundo está fazendo?”,

reflete. A percepção de que as vitrines não exibiam bonecas negras, bem como uma história que escutou em uma feira de artesanato manauara, a levaram a uma nova guinada. Dentre as expositoras, havia uma mulher vendendo pequenas bonecas feitas a partir de uma mesma tira de tecido, amarradas repetidas vezes para formar cabeça, tronco e membros, adornadas com outras tiras de tecido representando as roupas.

A boneca que chamou a atenção de Rénée no evento, hoje uma de suas peças principais, era mais conhecida do que ela poderia supor. Chamadas de Abayomis, elas eram originalmente feitas por mulheres negras que vinham da África para serem vendidas como escravas na América – durante o trajeto, a fim de acalmar seus filhos e filhas, essas mulheres rasgavam pedaços de suas roupas e confeccionavam os pequenos objetos para distrair as crianças dos horrores que presenciavam. “Comecei a ir atrás disso, e aí descobri que eram muito populares. Quanto mais eu pesquisava, mais eu percebia que elas eram um símbolo de resistência”, afirma a artesã, que aprendeu o passo a passo com a colega da feira de artesanato de Manaus. Daí em diante, passou a só fazer bonecas negras, de todo tipo, “para que as crianças tivessem consciência de que as bonecas não são apenas brancas, para que se sintam confiantes com sua identidade, e assim educar sobre a nossa cultura”.



Abayomis é o nome das bonecas feitas por mulheres negras que vinham da África para ser vendidas como escravas na América, a fim de acalmar seus filhos dos horrores que presenciavam durante o trajeto





CULTURA AFRO. Em Manaus, Rénée começou a fazer cursos de artesanato e a fabricar bonecas. No começo, diz, eram iguais às de outros artesãos, brancas e padronizadas. Depois descobriu as Abayomi e se encantou pelo que elas representam

Assim como as outras peças confeccionadas por Rénée Lontja (acessórios, vestimentas, peças de decoração), as Abayomis também são feitas com tecidos genuínos de origem africana. Questionada sobre como recebe a matéria-prima, ela explica que durante as feiras fez muitos contatos com imigrantes da África, sobretudo na região central de São Paulo: “Eu apoio meus irmãos, e eles me apoiam”.

Autônoma, Rénée mora com o marido no extremo da zona leste da capital paulista, e é dentro de casa que confecciona suas peças. Durante a semana, tenta frequentar feiras ou exposições que ajudem a divulgar o trabalho e a cultura africana, e aos finais de semana costuma sair para expor e comercializar bonecas e produtos. Um de seus pontos fixos é a Avenida Paulista, para onde vai aos domingos na companhia de Lambert. “Eu não tenho equipe e nem loja. Ter essa estrutura é um dos meus sonhos”, revela a artesã.

Em seu mundo ideal, ela teria uma locação física onde as pessoas poderiam conhecer as bonecas e outras criações, e assim expandir os laços comerciais que seu artesanato poderia alcançar. Enquanto isso não é viável, a ex-administradora de restaurantes, hoje artista, divide seu tempo não só entre as feiras e a produção de seus trabalhos manuais, como também entre oficinas que ministra para ensinar pessoas interessadas em aprender como fabricar Abayomis e outras bonecas.

Lambert deixou para trás seu país por conta de conflitos que tornaram sua vida lá inviável. Já Rénée, que veio para viver uma história de amor, hoje reconhece que trocar a Guiana pelo Brasil, e um restaurante pelo artesanato, foi uma forma de valorizar a sua própria cultura. “Aqui eu vejo que as pessoas estão interessadas no que faço, e também em quais significados eu me apoio para produzir os traba-



“Com o tempo, me dei conta: por que não fazer algo que possa promover a minha cultura, algo diferente das coisas que todo mundo está fazendo?”



lhos”, afirma. “Me sinto encorajada a continuar fazendo o que faço. Em São Paulo, principalmente, existe muito trabalho artístico, criativo. Tem gente que pega materiais inusitados e transforma em peças muito bonitas, e toda essa criatividade me fascina”, destaca.

Rénée Lontja diz que sempre foi criativa, e que os trabalhos manuais sempre a atraíram, embora não fosse algo que ela fizesse de fato até a mudança para Manaus colocar o artesanato em seu caminho. Segundo ela explica, a palavra Abayomi significa “encontro precioso” na língua iorubá. “Durante o período em que as mulheres escravizadas estavam vindo para o novo mundo, sem saber exatamente o que iria acontecer, essa boneca era um símbolo de força. Quando você dá ela a alguém, é felicidade que você está passando adiante”, afirma.

Como diz a artesã, que só veio a conhecer essa história depois de precisar se reencontrar com a própria cultura, sempre há uma pequena história por trás de todas as coisas. ■

Entenda a diferença entre refugiado, migrante, asilado e exilado

Muito além da semântica, a definição desses termos tem critérios políticos e humanitários. Saber diferenciá-los é fundamental para dar o tratamento adequado a cada caso.

Migrante

Etimologicamente, “migrar” significa passar de um lugar a outro. Migrante é simplesmente aquele que muda de território. Quem sai de seu país (ou região) de origem é um emigrante; quem chega, um imigrante. O termo costuma ser usado de forma genérica para descrever todo tipo de deslocamento humano. Em última instância, todo refugiado pode ser considerado, também, um migrante. O que diferencia uma migração comum de um refúgio é a motivação: o primeiro, por mais que seja influenciado pela busca de condições melhores de vida, é voluntário; o segundo é motivado por uma situação iminente de perigo – é, portanto, um ato contra a vontade.

Exilado

As definições presentes nos dicionários descrevem o exílio como uma expatriação forçada, uma deportação. Mesmo quando o exílio é voluntário, a associação com a expulsão está enraizada no vocábulo. Neste sentido, está muito próximo do refúgio, mas ainda existem algumas particularidades que os diferenciam, como os mecanismos legais que caracterizam um refugiado (leia abaixo).

Asilado

O mecanismo do asilo está associado a questões políticas particulares. O asilado, assim como o refugiado, é alguém perseguido em seu país de origem que se abriga em outro. Porém, a legislação e o processo são diferentes em cada um desses casos. O asilo não depende de

um trâmite técnico em um órgão específico e pode ser concedido pela via diplomática, pelo Presidente da República (ou pela entidade máxima do Estado). Na América Latina, ditaduras militares geraram pedidos frequentes de asilo a figuras políticas nas décadas de 1960 e 1970.

Refugiado

O status de refugiado é caracterizado por uma legislação internacional específica que garante proteção aos indivíduos nesta situação. A mais importante delas é a “Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados”, de 1951. Esse tratado, no Brasil, é complementado pela Lei 9.474, de 1997, e pela “Declaração de Cartagena”, de 1984, que estabelece parâmetros para os países da América Latina. Em 2017, entrou

em vigor no Brasil a Lei de Migração, que regulamenta a legislação anterior e prevê mais direitos a estrangeiros. De acordo com as diretrizes determinadas pela ONU, refugiado é todo aquele que “por fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas” procura abrigo em um país estrangeiro. No Brasil, esse benefício é estendido a pessoas que sofreram graves violações de direitos humanos. Uma das garantias dadas pela lei global ao solicitante de refúgio é que ele não pode ser deportado enquanto seu pedido é analisado. Cada caso é estudado individualmente e o requerente precisa fundamentar seu temor de perseguição. ■

Novos brasileiros

Quando o choque de culturas dá lugar ao diálogo e à troca, refugiados que se estabelecem em São Paulo tornam a cidade mais plural e fascinante

texto: Bruno Lazaretti
fotos: Daniela Cunha

Bolivianos no Belenzinho, ganeses e nigerianos em Guaianases, sírios no Cambuci, haitianos no Glicério, venezuelanos em Santo André, palestinos na Liberdade, congolese e senegaleses no Brás. Ao longo da última década, São Paulo – e o Brasil todo – vem sendo um destino bastante procurado por imigrantes que fogem de desastres naturais (como o terremoto de 2010 que assolou o Haiti), guerras civis e perseguições políticas.

Apesar disso, mesmo na maior cidade do país, a estrutura de acolhimento e reinserção social ainda é tímida: os novos moradores precisam encontrar um lugar para morar, conseguir um emprego, resgatar o restante da família, aprender um novo idioma, tirar documentos e validar diplomas, não necessariamente nessa ordem. Aliás, ordem é algo que com frequência tarda a chegar na vida dos imigrantes, em especial dos refugiados.

Com tempo e apoio, porém, aos poucos a sobrevivência dá lugar à

experiência. Firmadas raízes na cidade, as populações imigrantes ganham força e segurança e passam a manifestar suas culturas em sons, sabores e cores. Vemos restaurantes, feiras de artesanato, barbearias, festas, espetáculos de música e dança pontuando o mapa da cidade em pequenos e vibrantes lampejos – um bar de especialidades palestinas na Bela Vista, uma exposição de vídeos e artes visuais no Sesc Santo Amaro, cursos de língua portuguesa em unidades do Sesc, uma feira de produtos andinos na Vila Medeiros. Criam-se redes de amizades, pontos de encontro e instituições de suporte mantidas pelos próprios estrangeiros. E então, aos poucos, São Paulo agrega ao seu tecido cultural as expressões de uma nova geração de, por que não dizer, brasileiros.

O caminho rumo à integração é individual e muitas vezes solitário para o refugiado. Barreiras culturais, linguísticas, de costumes e valores, além da receptividade da sociedade brasileira, que na sua maioria reage com desconhecimento ou preconceito, são





CULTURA ANDINA. A feira da Kantuta, no Pari, em São Paulo, se tornou um dos principais pontos de encontro da comunidade boliviana em São Paulo

sentidas de diferentes formas. Mas essas situações difíceis podem ser amenizadas com mais divulgação e esclarecimento sobre quem é o refugiado e por que busca o Brasil como país de acolhimento.

Esses fatores, somados às circunstâncias de acolhida, ao tamanho da rede de compatriotas já estabelecidos e à condição financeira em que se encontram esses imigrantes na cidade irão determinar se suas manifestações culturais tomarão forma e se serão bem recebidas pelo restante da população. A mera presença de imigrantes, em resumo, não resulta automaticamente em um ambiente de intercâmbio cultural.

“A interculturalidade é a percepção de que o choque entre culturas se dá em um ambiente assimétrico e isso é um reflexo da nossa sociedade. Tem gente que diz: ‘Que bonito, tem muita cor nessa cidade’, mas precisa ter mais consciência do contexto”, explica Fabio Ando Filho, bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo que trabalha como assistente de projetos no Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes de São Paulo (CRAI). Isso responde por que você provavelmente já comeu kebab ou outras delícias sírias inúmeras vezes, mas nunca provou a comida congoleza. “Há comunidades que são mais fechadas, e isso depende das condições e intenções de cada um. Comunidades mais antigas têm dinâmicas muito diferentes das mais novas”, conta.

Um trabalho pioneiro nesse sentido, de tentar facilitar as articulações necessárias entre quem chega e quem acolhe, é o Centro de Referência para Refugiados, da Cáritas, que se estabeleceu no Brasil na década de 1950 e vem desde então atuando para atender imigrantes em situação de refúgio. O trabalho da organização é dividido em quatro programas de atendimento: assistência social, que cuida das necessidades mais básicas de quem tenta

se estabelecer no país; proteção legal, cuja principal função é auxiliar em trâmites burocráticos de asilo, bem como fornecer amparo em casos de violações; integração local, área que busca ajudar na busca a um emprego, no aprendizado da língua e na revalidação de documentos, entre outros exemplos; e saúde mental, uma vez que a migração forçada geralmente é acompanhada de uma série de problemas emocionais que necessitam de amparo psicológico.

A fim de fomentar esse programa de integração, o Sesc São Paulo mantém uma parceria com a Cáritas – que já dura mais de vinte anos – em diversas frentes. Uma delas são as aulas de português para refugiados ou solicitantes de refúgio que sejam encaminhados pela ONG. Atualmente, as unidades do Sesc no Bom Retiro, Carmo, Consolação, Campinas, Pompeia, Vila Mariana e 24 de Maio oferecem o curso. Além disso, o Centro também auxilia na emissão da carteirinha de Matrícula de Interesse Social, que dá direito a uma série de benefícios e serviços da instituição. Por fim, há uma cooperação entre as duas entidades para contribuir para a inserção de pessoas em situação de refúgio à sociedade brasileira.

Redes

A formação de polos de imigrantes em diferentes bairros da capital segue uma dinâmica imprevisível. Às vezes, parece fruto do puro acaso. Otávio Melo, estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, que recentemente fez uma pesquisa sobre restaurantes africanos na região dos Campos Elísios, explica: “Eles foram morar lá porque é um lugar barato, que não exigia documentos, que tinha moradia ilegal, e que estava próximo dos empregos no Centro. Não tem um lastro histórico e cultural, é só uma questão prática”.

Essa relação prática na constituição de aglomerados de imigrantes tam-

bém explica o boom de nigerianos e haitianos em Guaianases (zona leste de São Paulo), onde o som das igrejas com missa em francês, crioulo e inglês enriquece a trilha de fundo aos domingos. O bairro, aliás, é popular também para bolivianos, peruanos e paquistaneses. Todos atraídos por aluguéis baratos, flexíveis e que não requerem fiador.

Em outros casos, a localização de instituições de apoio a imigrantes é um determinante definitivo na formação desses polos. É o que explica a profusão de haitianos na região do Glicério (centro de São Paulo), próximo à Missão Paz – instituição filantrópica de apoio e acolhimento a imigrantes e refugiados. Com relação aos sírios, o bairro de maior concentração é o Cambuci (no centro de São Paulo), onde ficam a Mesquita Brasil e a Sociedade Beneficente Muçulmana (SBM). Neste último caso, em especial, a presença de refugiados da Síria no bairro é consequência direta de um trabalho de acolhida extenso feito por uma comunidade já bem estabelecida em São Paulo. A SBM oferece aos recém-chegados um imóvel mobiliado com as despesas pagas por um ano inteiro. Ao todo, são 40 residências no Cambuci. “Como temos a Sociedade e ao lado a Mesquita, e damos aulas de português, a gente pensa que a pessoa tem que morar perto daqui. Assim ela consegue estudar, praticar a religião, e frequentar aulas com o sheik”, explica Mohamad Sabouni, gerente de marketing da instituição.

Apesar disso, o Cambuci está longe de parecer um “bairro árabe”, porque outro fator no estabelecimento de raízes e espaços de expressão cultural de imigrantes é o tempo e a natureza da imigração. As comunidades e negócios libaneses e sírios que caracterizam a região da 25 de Março e o Brás, por exemplo, são reflexo da primeira onda árabe, de 1880, que foi diferente do caso dos sírios de hoje, voluntária. Ou seja, ingressando na cidade com



LINGUAGEM UNIVERSAL. Apresentação da Orquestra Mundana Refugi, que tem entre seus integrantes músicos do mundo inteiro



capital e estrutura, os libaneses criaram indústrias têxteis, armarinhos e os restaurantes que encontramos até hoje espalhados pela região.

Mesmo os bolivianos que embalam, aos domingos, as feiras da praça Kantuta, no Pari, e da rua Patujú, na Vila Medeiros, ou, aos sábados, a da rua Coimbra, no Brás, são provenientes de uma onda migratória de jovens entre os anos 1980 e 2000. Os peruanos que fixaram restaurantes na rua Aurora – como o Riconcito Peruano e o Tierra Madre – são reflexo de uma onda migratória da década de 1990 e representam um ponto focal de “solidariedade étnica” para as novas gerações de imigrantes desse país. São nesses anti-

“ Há comunidades que são mais fechadas, e isso depende das condições e intenções de cada um. Comunidades mais antigas têm dinâmicas muito diferentes das mais novas ”

Fabio Ando Filho, do Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes de SP

gos restaurantes que alguns dos novos imigrantes peruanos encontrarão seus primeiros empregos, renovando a colônia e sedimentando ainda mais a região como nó na rede de seus conterrâneos. “Nos estudos migratórios, a gente entende isso por migração com funcionamento em redes. Tem gente que chega e cai do nada, claro, mas geralmente você tem alguma informação antes de chegar, ou um contato”, diz Fabio Ando Filho.

Diversidade, aliás, é o que define a Orquestra Mundana Refugi, grupo idealizado por Carlinhos Antunes e Cleo Miranda que tem entre seus integrantes pessoas de vários países: França, Cuba, Palestina, Síria, Congo, Haiti, Irã e, claro, Brasil. A Orquestra busca promover trocas culturais entre seus integrantes, dentro e fora dos palcos.

Em novembro de 2017, a Orquestra Refugi lançou um álbum digital pelo Selo Sesc. As composições e arranjos são tão plurais quanto o seu conceito, e trazem instrumentos mais tradicionais como o piano e o violino, mas também outros menos convencionais, como a cítara de martelo e o kanun, instrumento de cordas típico do Oriente Médio, deixando claro que não há mesmo fronteiras dentro do universo musical.

Pluralidade

Quem sobe o segundo lance de escadas rolantes da Galeria Presidente, na rua 24 de Maio, no centro da cidade, encontra um dos aglomerados culturais mais notáveis de angolanos, congoleses e nigerianos da capital. Restaurantes, bares e principalmente cabeleireiros e barbearias tocados por imigrantes africanos tornam o terceiro e quarto pavimentos da galeria um polo cultural onde o português raramente é falado ou escrito, e o arroz com feijão dá espaço à banana frita e ao peixe assado.

Locais e eventos onde há articulação militante e apoio de ONGs ou

esferas do governo têm mais propensão ao diálogo entre culturas. A Copa dos Refugiados, idealizada pela ONG de imigrantes África do Coração e apoiada pelo Sesc, Cáritas e ACNUR, é um exemplo. O campeonato de futebol reúne 16 equipes de imigrantes representando seus países natais. A quarta edição, encerrada em 2017, teve sua final no Estádio do Pacaembu, apoiado pela Virada Esportiva, evento da Prefeitura de São Paulo, e viu a equipe nigeriana vencer os marroquinos por 9 a 4. “Queríamos fazer uma Copa dos Refugiados, onde o refugiado tem protagonismo na organização total do evento”, sublinha Jean Katumba, refugiado da República Democrática do Congo que fundou a África do Coração. “Queremos mostrar o dia a dia dos refugiados e ter um espaço de expressão onde o refugiado possa divulgar a cultura dele, o conhecimento dele para apoiar o crescimento do Brasil.”

A pluralidade também pode acontecer em espaços comerciais. É o caso do bar e restaurante Al Janiah, fundado em janeiro de 2016 por refugiados palestinos residentes da ocupação Leila Khaled, na rua Conselheiro Furtado, região central da capital paulista. O bar, que serve pratos árabes como o charuto de folhas de uva, espetos de carne servidos com coalhada e homus, e falafel – acompanhados de cerveja e drinques como o Palestina Livre (à base de arak) –, encontrou uma clientela fiel entre jovens paulistanos.

Mas o relativo sucesso comercial não foi o ponto final para a integração da casa no tecido da cidade. O espaço promove debates, shows e festas para articular imigrantes e militâncias. Tornou-se o epicentro de lançamentos de livros, exposições, palestras e apresentações de diversos grupos imigrantes, de congoleses a bolivianos – além de brasileiros, claro.

A articulação de diferentes grupos de migrantes e refugiados também torna o projeto Visto Permanente um dos mais prolíferos da região metro-



CORES E SABORES. Imagens da feira da Kantuta, em São Paulo, onde a música, o artesanato e as salteñas típicas do país fazem sucesso entre bolivianos e brasileiros



“ Vários dos preconceitos que são formados surgem pela falta de integração e visibilidade. O legal é criar essa troca e criar vínculos com brasileiros e brasileiras ”

Juan David Rubio, colombiano, que integra o coletivo Visto Permanente



politana da cidade. Criado em janeiro de 2015 pelo português Miguel Dores e pela luso-brasileira Cristina de Branco, a iniciativa começou a mapear artistas imigrantes e a registrá-los em vídeos curtos em uma espécie de mosaico digital disponível no site do grupo (www.vistopermanente.com). “Quando o Visto surgiu, a cena imigrante estava começando a se consolidar, mas de maneira separada. O Visto foi esse grande articulador. A partir dessa visibilidade [promovida pelos vídeos], os artistas conseguiram galgar outros espaços. Temos uma boa acolhida na comunidade brasileira e estrangeira”, conta Juan David Segura Rubio, colombiano que faz parte da cúpula do coletivo.

O “mosaico” já conta com mais de 60 vídeos de artistas imigrantes de 27 nacionalidades. Os eventos organizados pelo grupo também promovem o diálogo não só entre diferentes etnias, mas também de grupos sociais diferentes. Foi o caso do evento “Migrantes na Periferia”, que ocorreu em setembro de 2017 no Centro Cultural Cidade Tiradentes, onde foram promovidas rodas de conversa e apresentações de filmes, músicas e manifestações artísticas de imigrantes.

O sucesso do Visto Permanente também é resultado do apoio obtido por meio de editais públicos de fomento à arte conquistados por seus artistas. Sem incentivo, as expressões culturais perdem força e se tornam esporádicas, divididas e, muitas vezes, fechadas – o que, por sua vez, permite o surgimento de visões hostis, alimentadas pelo medo e falta de comunicação. É a contramão, enfim, da cultura imigrante que criou São Paulo. Como resume Juan David: “Vários dos preconceitos que são formados surgem pela falta de integração e visibilidade. O legal é criar essa troca e ir convidando a todos, criar vínculos com brasileiros e brasileiras que moram nesta cidade. Porque no final é isso: somos todos imigrantes”. ■



entrevista

ISABEL MARQUEZ DANIEL, REPRESENTANTE DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR) NO BRASIL

“O direito ao refúgio caminha lado a lado com os direitos humanos”

Deslocamento forçado causado por guerras, perseguições e violações dos direitos humanos atinge cada vez mais pessoas, diz a representante do ACNUR, que considera isso inaceitável

texto: Gabriel Vituri

Foto: Divulgação



Ao longo da última década, tornou-se comum assistir a cenas de refugiados se lançando ao mar em embarcações improvisadas em busca de um novo país para reconstruir a vida. Mas as migrações forçadas no Mediterrâneo, embora representem uma boa parte dos problemas enfrentados pelos refugiados, é um exemplo dentro de um cenário ainda mais amplo e preocupante.

Hoje, estima-se que mais de 65 milhões de pessoas já foram forçadas a deixar seus lugares de origem. “Essa situação global evidencia a necessidade de solidariedade”, defende Isabel Marquez Daniel, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) no Brasil. Para a espanhola de 47 anos, que é formada em Direito e mestre em Direito Internacional pela Universidade de Edimburgo, é preciso enfrentar o problema de maneira articulada, fornecendo subsídios para que os refugiados sejam acolhidos em seus novos países e possam de fato usufruir da nova oportunidade que lhes é oferecida.

Ela conversou sobre o tema com exclusividade para a revista Cadernos Sesc de Cidadania. Confira a seguir a entrevista.

SESC: Por que a discussão sobre refugiados é uma questão urgente?

ISABEL MARQUEZ DANIEL: Em todo o mundo, o deslocamento forçado causado por guerras, perseguições e violações dos direitos humanos tem atingido um número cada vez maior de pessoas, e isso é inaceitável. Já são mais de 65 milhões de pessoas forçadas a deixar seus lares e destas, mais de 22 milhões são pessoas refugiadas, que precisam ser protegidas e ter seus direitos assegurados. Os números são

crescentes, elevadíssimos, e estamos falando de jovens, crianças, adultos e idosos que merecem viver com dignidade e respeito. Essa situação global evidencia a necessidade de solidariedade e de um objetivo comum que ajude a prevenir e a resolver as crises, dando às pessoas afetadas proteção e assistência adequadas.

Que particularidades a crise migratória e de refugiados do século 21 tem em relação a outras crises do tipo ocorridas ao longo da história da humanidade?

Os conflitos estão mais complexos e ocorrem simultaneamente em várias partes do planeta. Ao mesmo tempo, são mais duradouros e midiáticos, o que pode torná-los banais aos olhos da opinião pública. Não podemos conviver com essa situação. Há afrontas ao direito internacional e a sociedade continua a sofrer os impactos de deci-

“Em um mundo em conflito, é necessário determinação e coragem, e não medo. As políticas do século 21 deveriam trazer ações integradas e coordenadas em prol do ser humano.”

sões que violam os princípios humanitários. Em um mundo em conflito, é necessário determinação e coragem, e não medo. As políticas do século 21 deveriam trazer ações integradas e coordenadas em prol do ser humano, independentemente de sua nacionalidade, religião, etnia, orientação sexual ou opinião política.

De que forma as sociedades que recebem esses refugiados podem se preparar para as novas configurações sociais que estão surgindo?

Primeiramente, as sociedades de acolhida devem ver os refugiados não como números ou estatísticas, mas como as pessoas que são, com os conhecimentos e a cultura que trazem consigo, diante dos sonhos que pretendem realizar. É importante também que as diferenças sejam vistas não como ameaça, mas sim como uma curiosidade que nos enriquece culturalmente, que nos faz progredir na medida em que passamos a nos relacionar com os saberes e conhecimentos diversos que as pessoas refugiadas trazem consigo ao país de acolhida.

Assim, a resiliência, a capacidade de superar desafios e a determinação das pessoas refugiadas é que se sobrepõem às agruras de quem foi forçado a deixar seu país de origem em busca de paz, direitos e dignidade.

Hoje em dia, quais os maiores desafios enfrentados pelos refugiados? Como driblar isso?

Nos grandes deslocamentos que vemos, por exemplo, no Mediterrâneo e no Oriente Médio, um dos principais desafios é garantir um acesso seguro destas pessoas aos países de acolhida, evitando assim rotas mortais e intermediários exploradores, que se aproveitam da condição frágil e de instabilidade enfrentada pelos refugiados. Em situações de refúgio

urbano, como é o caso do Brasil, o grande desafio é o da integração socioeconômica e cultural destas pessoas.

Para driblar estes problemas, o ACNUR atua com diferentes parceiros – no setor público e no setor privado – para permitir o acesso efetivo dessas pessoas a serviços e direitos básicos, inclusive saúde, educação e o sistema de refúgio justo e eficiente. Também buscamos promover soluções duradouras, como o reassentamento, a integração local e a repatriação voluntária. Outro aspecto importante é a estruturação de redes que possibilitam soluções conjuntas, respostas integradas e resultados satisfatórios diante as diferentes demandas. No Brasil, estamos bastante avançados neste aspecto, com redes estruturadas no poder público, no setor privado, na academia e na sociedade civil.

Em que medida o problema na América Latina se diferencia daquele enfrentado na Europa? A maneira de lidar também precisa ser diferente?

O ACNUR enxerga a América Latina como um cenário de práticas positivas, pois aqui há diálogo e soluções construídas conjuntamente entre vários países, como o caso mais recente da Declaração e Plano de Ação do Brasil [de 2014]. Trata-se de um mecanismo que orienta a resposta dos governos e da sociedade no período de dez anos, buscando reforçar o ambiente de proteção e assistência às populações sob o mandato do ACNUR. É uma iniciativa única e vista como exemplar pela comunidade internacional. A integração local na América Latina tem avançado. No Brasil, por exemplo, o solicitante de refúgio tem direito a carteira de trabalho e CPF provisórios para facilitar sua integração no país. As articulações com o setor privado trazem ao palco um ator fundamental para este processo, que cada vez mais assume compromissos que refletem a responsabilidade social corporativa.

Eu gostaria que você comentasse a ideia de que o direito ao refúgio é também uma questão de direitos humanos.

O acesso aos direitos é o que transforma uma lei em propriedade humana, onde o poder político se faz de fato representativo. O direito ao refúgio caminha lado a lado com os direitos humanos, sendo partes de um mesmo trajeto na medida em que a mobilidade humana deve ser uma garantia universal não restritiva. Ainda mais em situações extremas, como em conflitos armados, onde a pessoa ameaçada ou perseguida é obrigada a deixar seu local, estando privada de ter a vida que almejava, de manter uma perspectiva futura para si e para seus familiares por fatores externos. Dentro dessa perspectiva, é importante ressaltar o princípio da não devolução – non refoulement, do termo em francês –, garantindo a proteção internacional das pessoas que solicitam refúgio em qualquer parte do mundo ao reconhecer e assegurar seus direitos sem qualquer tipo de discriminação.

“ Eu jamais escolheria outra profissão. É muito recompensador trabalhar para salvar vidas e melhorar a situação de pessoas em necessidade ”

Ao que tudo indica, estamos vivendo a ascensão de uma onda mais conservadora e, por consequência, mais egoísta e autocentrada. De que maneira isso pode dificultar na construção de um cenário mais solidário com os refugiados e como contornar esse panorama mais sombrio?

Os dilemas globais da atualidade requerem respostas à altura, onde a integração dos mercados e dos capitais sejam acompanhadas por práticas de acolhimento humano. De acordo com dados do ACNUR, 55% dos refugiados no mundo são oriundos de três países: Síria, Afeganistão e Sudão do Sul. Do total de refugiados, 84% se encontram em países em desenvolvimento, sendo que crianças representam mais da metade dos refugiados no mundo. Fica claro que, em vez de construir muros, é preciso facilitar pontes. Políticas nacionalistas e restritivas ao acolhimento de pessoas em situações delicadas reforçam um isolamento cultural, social e intelectual que limitará o desenvolvimento, deixando de lado elementos que promovem a inovação, a troca de saberes e valores, a essência humana.

A respeito da sua experiência pessoal, existe alguma lembrança mais marcante do seu trabalho de campo que ilustra a urgência de lidar com esse problema?

Em 1997, eu trabalhava como Oficial de Proteção do ACNUR em Kinshasa, na República Democrática do Congo. Era mais um período conturbado na história deste lindo país, pois seu líder havia sido deposto por uma coalizão liderada pela oposição. Mas o arranjo que permitiu esta tomada de poder durou pouco tempo, e o Congo mais uma vez se viu em conflito com países vizinhos, representando um impacto humanitário ainda maior a uma população que já se encontrava em extrema situação de vulnerabilidade.

Nesta operação, fui confrontada com a perda de muitas vidas entre

“ Em vez de construir muros, é preciso facilitar pontes. Políticas nacionalistas e restritivas ao acolhimento de pessoas em situações delicadas reforçam um isolamento cultural, social e intelectual que limitará o desenvolvimento ”

Foto: Divulgação



refugiados de Ruanda como resultado da violação do caráter civil e humanitário do refúgio. Esta experiência me marcou muito e me faz refletir sobre a necessidade imperiosa de que espaços de proteção e de trabalho humanitário sejam preservados em benefício das pessoas que mais precisam.

Como o ACNUR e outras entidades não-governamentais devem se relacionar com os governos para construir um panorama mais otimista na questão dos refugiados? Quais os maiores desafios dessa articulação?

O ACNUR, sendo uma agência das Nações Unidas, trabalha junto aos governos e à sociedade civil para auxiliar a formatação de políticas públicas adequadas e responsáveis, compartilhando nossas experiências globais e as diferentes articulações que reali-

zamos também nas esferas regionais e locais. Este diálogo tripartite assegura a implementação de ações que impactam diretamente a vida das pessoas em condição de refúgio, que precisam ter seus direitos reconhecidos e considerados. Os maiores desafios residem na continuidade de políticas públicas e na adoção de novas diretrizes que respondam ao cenário atual de forma solidária e responsável. Em ambos sentidos, o governo brasileiro tem adotado exemplos de notórios avanços, como a assinatura dos acordos internacionais, a construção de uma lei nacional atualizada e o reconhecimento de emergências humanitárias que requerem medidas enérgicas, como o estabelecimento de vias legais alternativas ao refúgio para acolher pessoas em necessidade de proteção.

Para você, pessoalmente, o que significa encampar essa bandeira e trabalhar exclusivamente com o tema? Que perspectivas você enxerga em um mundo onde os refugiados sejam mais bem acolhidos?

Eu jamais escolheria outra profissão. É muito recompensador trabalhar para salvar vidas e melhorar a situação de pessoas em necessidade. Não existe nenhum outro trabalho que eu gostaria de ter.

Acredito que um mundo com refugiados integrados desde o princípio do seu processo de refúgio seria um mundo melhor, onde a inclusão se inicia já nas fronteiras e prossegue como forma de proteção e assistência. Isso permitiria que pessoas forçadas a se deslocar reconstruam suas vidas e contribuam para as sociedades que as acolhem. ■

ESTRANHO ESTRANGEIRO

texto Noemi Jaffe*

O ESTRANGEIRO É UM ESTRANHO. NA VERDADE, ESTAS DUAS PALAVRAS SÃO sinônimos. Ambas significam “aquele que vem de fora”, “aquele que não faz parte”. Nas placas de algumas propriedades privadas e condomínios residenciais, por exemplo, lê-se: “Proibida a entrada de estranhos”. É claro que essa frase não pretende impedir o acesso de eventuais pessoas esquisitas, embora possa até soar assim. O significado de estranho como “esquisito”, “excepcional”, firmou-se a partir da ideia de que aquele que não pertence a uma determinada comunidade não é normal. Com seus hábitos diferentes, é suspeito, e, quem sabe, não seja até louco. De uma definição supostamente objetiva, o termo adquiriu um sentido pejorativo.

O estrangeiro é mesmo estranho. Não sabe usar a palavra “corrimão”, por exemplo. Percebe que nela há referência a uma parte do corpo – “mão” – e, ao tentar se lembrar do apoio, acaba dizendo: “rodapé”. O nativo não entende, ri enrustido e pergunta “O quê?”. E repete, superior: “Rodapé para apoiar a mão?”. O nativo acha o estrangeiro ridículo.

O estrangeiro é mesmo um pouco ridículo. Sabe discorrer razoavelmente sobre uma teoria filosófica na língua que tenta aprender. Mas não sabe o que é rodapé. Num restaurante por quilo, não sabe pedir uma bandeja, um guardanapo, uma colher. Diz “garfo”, querendo uma colher, e quando percebe o engano fica constrangido e tem vergonha de pedir o talher certo. Vergonha de si mesmo e dos outros. Sente-se humilhado por

* Escritora e doutora em literatura brasileira pela USP. É autora de diversos livros, sendo o mais recente o “Não está mais aqui quem falou” (Companhia das Letras, 2017).



quase nada. Tenta decifrar os códigos do país que o recebeu. Por que todo mundo começa as frases com “então”? Tinha aprendido que “então” era uma conjunção que dá sequência lógica às frases. Sai à rua e cruza com alguém que lhe cumprimenta com: “E então? Muito sol hoje, né?”. Ele fica perdido. Aprendeu, com esforço, que, em português, os plurais geralmente são feitos com o acréscimo de um simples “s”. Deduz então que a palavra “Rebouças” é plural. Entra num táxi e diz que precisa ir nas Rebouças”. O motorista ri. O estrangeiro, que estava orgulhoso de si, se sente envergonhado sem saber bem o porquê de haver graça no que disse.



O estrangeiro está quase sempre desnorteado: geográfica, histórica e linguisticamente. Quer se adaptar e, para isso, sorri em todas as frases, porque reparou que é assim que fazem os nativos. Mas, muitas vezes, o faz fora de hora, de um jeito equivocado. Seu sorriso é despropositado ou, no máximo, charmoso. “Tão bonitinho”, dizem. O estrangeiro detesta ser bonitinho.

Ele faz de tudo para que não o reconheçam de imediato como um estranho. Por isso, fala pouco ou disfarçadamente. Mas não adianta, basta soltar um “bom dia” discreto e, sem pestanejar, todos já o identificam como estrangeiro. Ele se revolta, silencioso,



Assimilar as peculiaridades de uma cultura demora tempo demais, porque o aprendizado de uma língua e de hábitos novos se dá pelas generalidades



porque não sabe como demonstrar sua indignação de forma espontânea.

O estrangeiro vive em estado de constrangimento, desentendimento e solidão. Se demora a aprender a língua, consideram-no preguiçoso e inadaptado. “Em Roma como os romanos”, dizem. Se, entretanto, aprende rápido demais, seus poucos companheiros estrangeiros o olham entre desconfiados e invejosos. “Esquece fácil de seu país, pessoa sem identidade”.

A palavra “idioma” tem a mesma origem de “idiota”: “idio” significa peculiaridade ou particularidade. E assimilar as peculiaridades de uma cultura demora tempo demais, porque o aprendizado de uma língua e de hábitos novos se dá pelas generalidades e a absorção das nuances de um idioma é um processo altamente complexo. Na tentativa de assimilar estas sutilezas, o estrangeiro acaba soando, muitas vezes, artificial, inclusive para si mesmo, o que não raro o coloca em situação de baixa autoestima. Aquilo que soa tão natural para qualquer pessoa, desde crianças a motoristas de ônibus, na boca de um estrangeiro, – mesmo os que tiveram boa formação intelectual em seu país de origem, – soa absurdo, provoca risadas. Ele fica ensimesmado, desconfia de si mesmo e de todos. Não sabe se comportar no transporte público, no comércio, nem com desconhecidos e nem mesmo com os amigos próximos. Devo beijar, abraçar, apertar a mão, sorrir, perguntei algo íntimo demais, fui muito distante, indiscreto, posso perguntar o preço, a profissão, gesticulei demais ou de menos, ri na hora errada, por que me olham assim, o que sabem sobre mim, minha língua e meu país, acham que me considero superior, estão todos falando de mim? O estrangeiro desenvolve certa paranoia.

Julia Kristeva, no livro *Estrangeiros para nós mesmos*, pergunta se existem estrangeiros felizes. E responde que sua “felicidade estranha é a de manter

a eternidade em fuga ou o transitório perpétuo”. Para o estrangeiro, na realidade, uma grande satisfação devem ser os momentos em que os nativos, em contato com ele, se dão conta da inconsistência do apego ao enraizamento e sentem certa inveja de seu estado de passagem. É o momento em que o anfitrião se identifica com o hóspede; quando quem recebe se dá conta de que algum dia ele também pedirá abrigo. De que sua necessidade de raízes é o que pode levá-lo a atitudes chauvinistas, autoritárias e radicais. Porque estrangeiros ou estranhos, se pensarmos bem, somos todos, e o mais absurdamente desconhecido é justamente aquele que habita dentro de cada um de nós. Como mostrou Freud com o conceito de “unheimliche”, ou o “estranhamente familiar”, aquele que ainda não estranhou o próprio rosto no espelho, que não duvidou da própria voz, que não se questionou sobre o que disse ou sobre como agiu, esse dificilmente vai chegar a se conhecer. É no contato com o estrangeiro, com seu deslocamento evidente, que o nativo identifica suas mesquinhas vaidades, suas fixações obsessivas e idiossincrasias.

Dentre outras coisas, é por essa razão – pela possibilidade que o estrangeiro oferece de vermos nossa própria “estrangeiridade” – que a prática da hospitalidade é, desde sempre, uma das mais sagradas em todas as sociedades. “Hôte”, de onde vem a palavra “hospital” e “hospitalidade”, significa, na origem, tanto anfitrião quanto hóspede. A etimologia parece já saber aquilo que muitas nações ainda não aprenderam: que ambos são, com efeito, a mesma coisa. Receber o outro de forma aberta e sem discriminação, acolhê-lo, é receber a si mesmo. O filósofo Emmanuel Lévinas diz que Deus é “a face desconhecida do outro”. Nunca chegaremos a conhecer verdadeiramente quem está do nosso lado, seus mistérios e sua presença. Acolhê-lo sem muitas perguntas nem exigências é colocar-se em estado de prontidão para a circularidade do

tempo e da história. Aceitar o mistério da face do outro, sem tentar decifrá-lo, codificá-lo para que ele se assimile aos nossos hábitos, é, no fundo, aceitarmos o mistério que habita em cada um de nós. Resistir à inércia do hábito – esse roedor da novidade e do deleite – é um dos mais importantes deveres éticos de cada indivíduo.

Certamente, o problema mais grave que o mundo enfrenta atualmente – maior do que as crises econômicas, mas diretamente ligado a elas – são os fluxos migratórios espalhados pelo planeta. Guerras, fome, abandono, ditaduras, escravidão, são inúmeros os problemas que, numa época totalmente globalizada e tecnológica, estão levando hordas de populações a buscarem abrigo e refúgio em outro país. Da mesma forma, são também inúmeros os países que dificultam e barram a entrada dessas pessoas. Sem pensar nos efeitos circulares da história individual e coletiva, líderes políticos agem como se o tempo fosse estático. Mal sabem eles que, se estão hoje em um momento de optar por receber ou não os refugiados, amanhã serão eles a pedir. Tampouco parecem se lembrar que, ontem mesmo, foram eles os invasores das casas cujos antigos proprietários vêm hoje reclamar guarida.

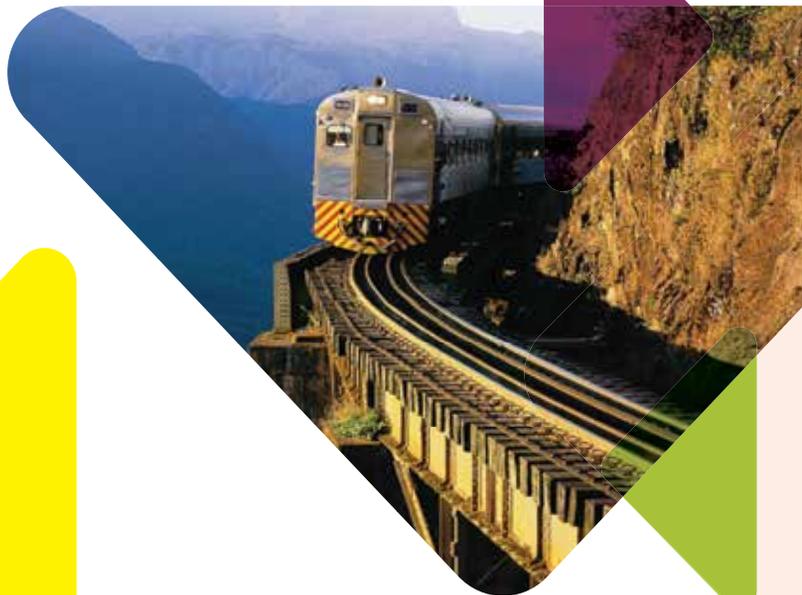
Em várias culturas indígenas há uma prática chamada “potlach”, sobre a qual o antropólogo Marcel Mauss escreveu, aliás, o “Ensaio sobre a Dádiva”. O potlach é um ritual de doação e de troca, em que o homenageado doa todos os seus bens para quem o celebra, quando nossa cultura esperaria o contrário. Ali, a honra consiste em despojar-se de todas as posses, sabendo que, no futuro, outro homenageado fará o mesmo.

Da próxima vez que der uma vontade irresistível de ridicularizar os erros de um estrangeiro, faça como aconselhou Rubem Braga: pique bastante papel dobrado em centenas de quadradinhos. Se não servir para alguma coisa, ao menos servirá para que você desista da tentação e, certamente, para passar o tempo. ■



Como mostrou Freud, aquele que ainda não estranhou o próprio rosto no espelho, que não duvidou da própria voz, que não se questionou sobre o que disse ou sobre como agiu, esse dificilmente vai chegar a se conhecer





Com o Turismo Social, cada viagem é uma nova oportunidade para conhecer as peculiaridades de cada lugar, inclusive aquele em que se vive. Escolha um destino e amplie os seus horizontes.

Confira a programação:
sescsp.org.br/turismo





VENHA FAZER MÚSICA COM A GENTE!

Os centros de música do Sesc são espaços dedicados à iniciação musical.

Por meio da prática coletiva, cursos, oficinas e vivências, educadores apresentam ritmos e instrumentos ao público de todas as idades.

Sesc Consolação e Sesc Vila Mariana
Mais informações em sescsp.org.br/centrodemusica



ISSN 2177-3696



9 772177 369006